

Etocracia, o Poder da Ética

O Governo Segundo a Moral: Prefácio e Capítulo Um da Obra Clássica do Iluminismo

Barão de Holbach



O barão de Holbach (1723-1789)

Nota Editorial de Julho 2018:

**Se Holbach tivesse sido ouvido, dificilmente
teria ocorrido a longa série de revoluções sangrentas
que começaram a acontecer tão logo ele morreu.**

Traduzo a seguir o prefácio e o capítulo primeiro do livro “Etocracia”. O subtítulo é “O Governo Baseado na Ética”, e seu autor é Paul-Henri Thiry, o barão de Holbach.¹

¹ “Éthocratie, ou le Gouvernement fondé sur la morale”, de Paul-Henri Thiry d’Holbach, Éditions Coda, Paris, 2008, 204 pp., ver pp. 04 a 14. A primeira edição da obra, feita anonimamente em Amsterdam em 1776, está disponível em nossos websites: [clique aqui](#) para vê-la. (CCA)

A obra é uma das mais significativas do iluminismo francês do século 18. O valor dela é permanente. No entanto, a sua importância prática como visão filosófica das relações sociais e do carma coletivo ainda está por ser devidamente reconhecida, o que deverá ocorrer, espere-se, a seu devido tempo.

Em “Cartas dos Mahatmas” - no item 5 da Carta 93B - um Mestre de sabedoria oriental afirma:

“Estranhamente, descobri um escritor europeu - o maior materialista em sua época, o barão d’Holbach - cujos pontos de vista coincidem inteiramente com os da nossa filosofia. Ao ler o seu *Système de la Nature*, eu poderia ter imaginado que tinha o nosso livro de *Kiu-te* diante de mim.”

O secreto livro de *Kiu-te* reúne escrituras esotéricas orientais em que está baseada a obra de Helena Blavatsky “A Doutrina Secreta”.

Ao ler o Barão de Holbach no século 21, o leitor deve levar em conta o uso de alguns termos clássicos.

Onde o livro “Etocracia” se refere a *reis* e *soberanos*, deve-se ler “chefes de estado” ou “chefes de governo”. Onde o autor usa a palavra “súditos”, leia-se “cidadãos”. Um “príncipe” é um estadista.

Publicada anonimamente em 1776 e impressa em Amsterdam para evitar perseguição, a obra é dedicada ao infeliz rei Luís XVI, a quem Holbach se refere do seguinte modo:

“Rei de França e Navarra, monarca justo, humano, benéfico; amigo da verdade, da virtude, da simplicidade; inimigo da lisonja, do vício, do luxo, da tirania; restaurador da ordem e dos bons costumes; pai de seu povo; protetor dos pobres, cujo reinado é a esperança dos bons, o susto dos malvados, e o bálsamo dos verdadeiros cidadãos: [*a obra*] é devotada, dedicada, consagrada por um cidadão fiel, zeloso, respeitoso, que diz a verdade ao príncipe que deseja ouvi-la.”

As esperanças de um bom reinado não se confirmaram.

Luís XVI teve uma vida trágica. Nascido em 23 de agosto de 1754, foi Rei da França de 1774 até ser deposto em 1792, durante a Revolução Francesa. Condenado à morte, foi assassinado em Paris em 21 de janeiro de 1793.

O Barão de Holbach é um dos principais nomes do iluminismo. Nascido em 1723, morreu no primeiro semestre de 1789. Não viu a revolução francesa, começada em julho daquele ano, nem o banho de sangue que ela promoveu em nome dos direitos do cidadão.

Em nenhum dos seus escritos Holbach propõe a desordem. Em vez disso, combate as *causas* da violência.

Se Holbach tivesse sido ouvido, dificilmente teria ocorrido a longa série de revoluções sangrentas que começaram a acontecer tão logo ele morreu. Por outro lado, o poder benéfico dos seus escritos está hoje mais vivo que nunca.

Acrescentamos algumas notas explicativas.

(Carlos Cardoso Aveline)

Etocracia, o Poder da Ética

Barão de Holbach

Prefácio

O título colocado na abertura desta obra anuncia o seu objetivo. Ele é composto de duas palavras gregas: *Ethos*, ética, moral, e *Kratos* (*cracia*), força poder, império, governo.

Consideramos possível empregar a palavra assim formada para designar um ensaio, e um projeto de união entre a moral e a política, a ideia de uma legislação feita segundo a virtude que pode ser igualmente vantajosa para os soberanos, os súditos, as nações, as famílias, e cada um dos cidadãos. Temos um certo prazer ao pensar que este ensaio não propõe nada de quimérico ou que não possa ser facilmente realizado por todo legislador animado sinceramente por um desejo de construir a felicidade do seu povo: este é o monarca benfeitor que atende hoje à esperança e ao bem-estar dos franceses.

Quanto a aqueles homens desanimados para quem toda reforma é impossível e que teimam em não ter esperanças na saúde da República, devemos dizer-lhes que tudo é possível para a vontade firme e constante de um príncipe fortemente dedicado ao restabelecimento da ordem e da felicidade dos seus súditos, sobretudo quando ele está rodeado de ministros esclarecidos, íntegros e virtuosos. Confiado a tais mãos, o Estado pode sem dúvida esperar que seja curado de suas doenças, que recupere suas forças, e volte a ter no tempo certo uma saúde vigorosa. “Só um mau médico”, diz Sêneca, “renuncia à esperança de curar os seus doentes.” Se é verdade que - assim como os indivíduos - os Estados não podem prometer a si mesmos uma felicidade inalterável, que eles possam ter pelo menos os momentos favoráveis que o destino queira dar-lhes.

Maquiavel, que nem sempre deu conselhos honestos aos soberanos, reconheceu no entanto ele mesmo que “todo príncipe e todo ministro que pretenda alcançar a imortalidade deve escolher como cenário da sua glória um Estado corrompido e caído em decadência, para ter a honra de ser o seu restaurador”.

Não é preciso nem mérito nem conhecimento para exercer o despotismo e destruir o Estado: basta a força da maldade. Mas para governar sabiamente um Estado corrompido, para banir a desordem e o vício, é necessário trabalhar longa e constantemente, é necessário esclarecimento e firmeza, virtudes que raramente se encontram nos príncipes.² Poucas leis são suficientes aos homens de bem, mas são necessárias leis severas e numerosas para os maldosos, que mesmo assim será difícil conter. É fácil fazer com que leis razoáveis sejam adotadas por um povo simples, livre das inclinações e dos vícios que vemos frequentemente estabelecidos nas nações civilizadas. Encontramos nelas uma multidão de cidadãos ignorantes, presunçosos ou perversos, que se acostumaram a ver os seus hábitos mais nocivos como coisas sagradas, os seus preconceitos como princípios seguros, suas opiniões falsas como preceitos infalíveis, seus interesses pessoais como os interesses da nação inteira, suas

² Nos príncipes, isto é, nos políticos ou chefes de estado. (CCA)

injustiças como direitos invioláveis; tais são os doentes tenazes que um soberano ³ corajoso e zeloso da sua glória deve tratar de curar, se quiser alcançar a imortalidade.

São evidentemente os vícios dos homens que provocam o despotismo e a tirania. É necessária uma autoridade de ferro para subjugar e conter os escravos sem razão e sem força moral nos quais só o medo pode impedir o excesso. Só os cidadãos honestos possuem bons reis. As nações corrompidas não podem ter mais que tiranos; elas não estão aptas nem para a liberdade - na qual não fariam mais que abusar e que em seguida a perderiam - nem para a prosperidade, sempre incompatível com a licenciosidade, a injustiça e os maus costumes.

De outro lado, todo soberano virtuoso tenta ser o guia, o pastor e o pai dos seus súditos, e teme merecer o nome de “déspota” ou “tirano”, o que o faria ser odiado pelo seu povo, objeto do terror público, e possuidor incerto de um poder detestável. Assim, sendo ele próprio bom e justo, poderá comandar homens que são semelhantes a ele, cidadãos razoáveis, sujeitos dóceis e verdadeiramente unidos.

Para alcançar esta meta igualmente desejável para as nações e seus líderes, o legislador, ajustando-se à fraqueza dos espíritos, se esforçará por esclarecê-los, instruí-los e levá-los suavemente à razão que eles ignoram. Às vezes, através de recompensas, ele fará com que eles sintam as vantagens das virtudes na vida social; em outras oportunidades, fazendo um uso legítimo da sua autoridade, ele inspirará temores salutares naqueles que se mostram rebeldes diante das suas lições benéficas. O poder absoluto, do qual os príncipes malvados abusam com tanta frequência, se torna nas mãos de um soberano justo uma arma necessária para destruir os esforços e os complôs da iniquidade. A reforma de um estado viciado há muito tempo exige uma firmeza contínua e uma coragem intrépida, qualidades mais honrosas e mais raras do que aquele ardor fatal que leva alguém a buscar conquistas militares. Não há para um rei glória mais sólida do que a de reinar através de leis sábias sobre um povo virtuoso. É então que o poder do soberano e a felicidade dos súditos passam a estar situados sobre uma base que nada pode ameaçar.

Capítulo I **Da União da Moral com a Política**

O grande Sully ⁴ disse que *os bons costumes e as boas leis se constroem mutuamente*.

Jamais a política pode se separar da moral, nem perdê-la de vista por um instante, sem causar perigo igualmente para os soberanos e os súditos. Seja qual for a forma de governo adotada pelas nações, aqueles que estão a cargo da autoridade pública ficam, por isso mesmo, obrigados a guiar as nações na direção da felicidade. Mas esta felicidade, incompatível com o vício ou a desordem, só pode ser encontrada na prática dos deveres da vida social, na observação constante das regras da justiça, e no respeito pela justiça. “A lei”, diz Cícero, “é a razão correta, que recomenda o que é honesto e proíbe o que não o é.”

³ Soberano, ou seja, estadista. (CCA)

⁴ Maximilien de Béthune Sully (1559-1641), estadista francês, conselheiro do rei Henri IV. (CCA)

Assim o legislador, em todas as suas decisões, e o soberano em seus editais e regulamentos, devem atuar apenas como órgãos da justiça, intérpretes fiéis dos oráculos da moral. Se, como todas as evidências demonstram, a divisão entre os interesses do soberano e os interesses dos súditos produz o divórcio fatal entre a política e a moral, a razão, guiada por uma experiência longa e constante, deverá cedo ou tarde reaproximá-los. Unidos então aos povos que eles governam, os líderes das nações engajarão os cidadãos fortemente na prática do que serve ao bem comum, segundo as suas possibilidades, ou os forçarão a isso.

Só a união tão desejável entre a política e a moral pode realizar a reforma dos costumes que uma filosofia destituída de poder tentaria inutilmente. Que poder têm de fato os conselhos estéreis da razão, sempre indesejáveis para os seres endurecidos, corrompidos e dissipados? Quais os efeitos das vãs exortações, contra os preconceitos enraizados, contra as paixões incendiadas, contra as inclinações funestas fortificadas pelo hábito? É preciso, diz um magistrado esclarecido, uma moral prática, promulgada por uma autoridade legítima; e esta moral deve ser fixada pela lei.

Aristóteles destacou muito tempo atrás que a moral não pode ser eficaz sem a ajuda das leis; que os discursos não são suficientes para reformar os costumes. “Os homens”, diz ele, “obedecem bem melhor à necessidade que às palavras, aos castigos que às alegações. Só a lei tem o poder de fazê-los obedecer. Sentem aversão pelo homem que contraria os seus sentimentos, mas não têm ódio da lei.” Segundo este filósofo, para reformar poderosamente os costumes, “é necessário que o legislador seja ele mesmo virtuoso e bem instruído nos deveres da moral, sem a qual nenhuma legislação pode ser razoável.” Em resumo: ele diz que “viver segundo a razão é viver segundo a lei”.⁵

Quando consideramos a má educação geralmente dada àqueles cujo nascimento os destina ao governo dos impérios, a lisonja que os intoxica, as ideias arrogantes com que são envenenados, o ar viciado que se respira nas cortes, temos a tentação de pensar que é quase impossível ver a justiça e a bondade unidas ao poder supremo. Observando as paixões diversas em que se agitam as nações, os interesses que dividem a todo momento os seus chefes, as guerras atroz e contínuas que eles fazem com tanta naturalidade, a pouca boa-fé que preside os seus tratados, poderíamos acreditar que a moral nada tem em comum com o bem do Estado, e até mesmo o prejudica diretamente.

⁵ Veja Aristóteles. “Ética a Nicômaco”, livro X, Capítulo 9. (Nota do Barão de Holbach). [Nota do editor da edição de 2008 de “Éthocratie”: “O homem que exercita o seu intelecto e o cultiva parece estar ao mesmo tempo na mais perfeita disposição e ser o mais preferido dos deuses. Se, de fato, os deuses prestam alguma atenção aos assuntos humanos, como normalmente se pensa, será igualmente razoável pensar, de um lado, que eles exercem a sua generosidade em relação à parte do homem que é mais perfeita e apresenta maior afinidade com eles (e essa só poderia ser o intelecto), e, de outro lado, que eles recompensam amplamente os homens que valorizam e honram melhor esta parte do seu ser, ao verem que os homens cuidam das coisas que lhes são caras e se comportam de modo correto e nobre. Sem dúvida todas estas características são no mais alto grau um privilégio do sábio. Este é portanto o homem preferido dos deuses. E este mesmo homem é também verdadeiramente o mais feliz entre todos. Em consequência disso, também nesse aspecto o sábio terá a mais alta felicidade.”]

Enfim, adotando este ponto de vista diante de uma massa de antigos erros, de tolices contagiosas, de paixões discordantes que separam os cidadãos, de vícios supostamente relacionados com o clima, se poderia imaginar que não pode haver intenção mais extravagante do que querer que os homens entendam a razão, a verdade, a moral, e que só isso pode torná-los felizes e sociáveis. Não é o clima, são as leis que definem os costumes. ⁶

Iludidos por esta visão tão apropriada para desencorajar, muitas pessoas têm acreditado que as doenças das nações são totalmente incuráveis, que elas deviam ser abandonadas a seu destino deplorável, e que seria uma loucura, uma presunção, uma temeridade ter a intenção de curá-las. Com base nestas ideias considera-se com muita frequência os filósofos moralistas como verdadeiros declamadores, como entusiastas ridículos, como empíricos, e mesmo, com mais frequência ainda, como cidadãos perigosos cujos princípios perturbam inutilmente a sociedade acostumada há muito tempo a sofrer com os seus males sem murmúrios. Os reformadores políticos tratados de modo menos severo foram vistos como sonhadores honestos cujas ideias são reconhecidamente utopias quiméricas. Alguém já disse com razão que “os tolos recebem os conselhos dos sábios da mesma maneira que os sábios recebem os conselhos de um tolo”. ⁷

A maneira pouco favorável com que as verdades mais úteis são recebidas em um mundo frívolo e perverso não deve, no entanto, desencorajar os cidadãos fortemente motivados pelo sentimento do bem público. “O tempo”, disse Sêneca, “é muito sábio porque revela tudo”. As verdades importantes para o homem não se perderão jamais; muitas vezes inúteis para as raças atuais, elas farão a felicidade das raças futuras. Onde estaria o futuro humano se, desautorizados e perseguidos pelos seus contemporâneos, os sábios não tivessem semeado para uma posteridade sempre mais justa e menos preconceituosa que os seus ancestrais, e que desfruta das vantagens que lhes foram tolamente negadas!

Os exemplos que o presente coloca diante dos nossos olhos não comprovam que não há necessidade de perder a esperança no gênero humano? Um príncipe amigo da justiça não pode transformar-se em pouco tempo no restaurador de um vasto império? ⁸

⁶ Veja “Discours”, do sr. Guiton de Morveau, volume I, página 65. (Nota do Barão de Holbach) [Nota do editor da edição de 2008 de “Éthocratie”: “*Trata-se sem dúvida do ‘Discurso Sobre os Costumes pronunciado na abertura das audiências do Parlamento de Bourgogne’, editado em 1770.*”]

⁷ Sabemos que as ideias - geralmente muito justas e úteis - do Sr. abade de St. Pierre foram durante muito tempo vistas como loucuras, e classificadas como sonhos de um homem de bem pelo cardeal Du Bois. (Nota do Barão de Holbach)

⁸ Os primeiros momentos do reinado de Luís XVI, que hoje reina na França, parecem prometer a este reino, assolado por dois reinados muito longos e muito funestos, o retorno de uma felicidade totalmente inesperada. Não há felicidade mais merecida pela natureza francesa que o direito de ter um príncipe cheio de bondade, de justiça, de amor à paz, de desprezo pelo luxo, cercado de ministros esclarecidos e virtuosos. (Nota do Barão de Holbach)

A sabedoria e a justiça armadas com um grande poder são capazes de mudar em pouco tempo a face de um Estado. O poder absoluto é muito útil quando se propõe a aniquilar os abusos, abolir as injustiças, corrigir o vício, reformar os costumes. O despotismo seria o melhor dos governos se pudéssemos ter a certeza de que ele seria exercido sempre por um Tito, um Trajano, um [Marco Aurélio] Antonino, mas ele cai normalmente em mãos incapazes de usá-lo com sabedoria.

Animado por estas ideias regeneradoras, o cidadão que deseja o bem-estar da sua pátria deve ousar expor em público o fruto das suas reflexões. Que a razão não perca mais a esperança de ter a sua voz entendida pelos seres razoáveis. Que a moral, sempre suave e pacífica, não renuncie aos seus direitos junto aos seres sociáveis. A verdade, a justiça, a virtude, não podem jamais ser rejeitadas pelos homens, cuja vida social não poderia subsistir sem a ajuda delas.

A moral assusta apenas a tirania, que, segundo Aristóteles, *consiste em comandar, contra a vontade deles, os homens que ela consegue forçar à obediência*. O tirano desconfiado reina apenas pela força dos escravos, que ele tem grande interesse em dividir e corromper. Ele detesta a virtude, sempre contrária às suas fantasias criminosas. Ele afasta de si os cidadãos honestos e sábios, porque teme os seus olhares; eles têm armas demasiado nobres e o tirano não pode estar exposto à visão deles. Em resumo: o tirano gostaria de aniquilar toda justiça e qualquer regra porque ambas condenam a sua conduta insensata.

Não há antipatia mais intensa que aquela que separa a moral e a tirania. A virtude reúne os interesses dos homens, e a tirania busca apenas separá-los com o objetivo de destruí-los sucessivamente, e fazer com que se destruam uns aos outros. A virtude eleva os corações, a tirania os deprime. A virtude faz com que as nações prosperem, as torna felizes e poderosas, a tirania fica aflita diante da sua prosperidade e prefere vê-las frágeis e magras ao extremo. As boas leis são a segurança de um Estado, a tirania vê nelas apenas um obstáculo. A equidade, a concórdia, a boa vontade mútua, a atitude humana, a compaixão, os bons costumes enfim, que são os laços da vida social e particular, alarmam um governo fundado sobre a crueldade, sobre a depravação, sobre a ruína de tudo o que é bom.

Enquanto as virtudes e os bons costumes são incompatíveis com um mau governo, elas servem de fundamento para um governo que usa a razão. Seu soberano conhece os deveres que o ligam a seu povo, e que constituem as garantias da segurança recíproca. Ele expressa estima, ele encoraja, ele recompensa o mérito e os talentos, porque os considera necessários ao bem do Estado, úteis à sua própria glória, capazes de contribuir para a felicidade geral, da qual dependem o seu poder e o seu bem-estar pessoais. Ele se interessa pela concórdia, pelo bem dos indivíduos, das famílias e das instituições, porque, longe de temer a sua união, ele a vê como útil à sua própria paz e seu repouso. Ele tem prazer em desfrutar das virtudes de cada cidadão porque, como observa Aristóteles, as mesmas qualidades e virtudes que constituem o homem de bem devem constituir o bom cidadão. É no mesmo espírito que Pitágoras aconselha aqueles que estão encarregados da administração que *conduzam a sua casa do mesmo modo como se conduz o governo do Estado*.

Só um governo honesto, portanto, pode governar bons cidadãos. Um legislador esclarecido pela razão e pela equidade é o único capaz de obter cooperação para seus projetos políticos. É necessário que o soberano seja justo e bom, ele próprio, se quiser reinar sobre súditos

virtuosos. “Os costumes do príncipe”, diz Claudiano ⁹, “são uma lição mais convincente e mais forte que todas as suas ordens e disposições”.

[Final do capítulo um de “Éthocratie”.]

000

O texto acima foi publicado como item independente nos websites associados no dia 22 de setembro de 2021. Antes disso, havia sido incluído na edição de julho de 2018 de “**O Teosofista**”, pp. 10-16. Sofreu alguns poucos ajustes editoriais ao ser publicado em 2021.

000

Clique para ver o livro completo “[Éthocratie](#)”, do Barão de Holbach.

Leia o artigo “[A Teosofia e os Conflitos Sociais](#)”.

000



Helena Blavatsky (foto) escreveu estas palavras: “**Antes de desejar, faça por merecer**”.

000

⁹ Claudiano (Claudius Claudianus) foi um poeta romano. Viveu 34 anos (370-404). (CCA)